

TESE 1 CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

O XII Congresso do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro Goiás), “Professor Sílvio Costa”, ocorre em ciclo histórico de aprofundamento da crise estrutural do sistema capitalista global, com a sobreposição do capital financeiro sobre o capital produtivo, aprofundando de forma colossal a financeirização da economia.

A nova conformação geopolítica em curso sinaliza mudanças profundas nas relações das nações e o acirramento das contradições políticas e econômicas em todo o mundo. A guerra entre Rússia e Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) acirra ainda mais a disputa entre Oriente e Ocidente e submete os países da periferia a mais crises e conflitos permanentes.

Neste cenário sombrio, cresce a batalha política e ideológica e se ampliam a luta e a resistência dos trabalhadores em todo mundo, ao mesmo tempo que o sistema vai pressionando para reduzir direitos trabalhistas e previdenciários. O crescimento da extrema direita não é um fenômeno isolado e está intrinsecamente ligado à crise do sistema, o que cria uma nova onda de terror e insegurança entre os povos e as nações.

O curso da história aponta para um acelerado mundo multipolar, ampliando as contradições entre nações, continentes e regiões do planeta. O declínio estadunidense, o avanço da China comunista, a crise europeia, o avanço dos Brics, o fortalecimento de países asiáticos (Índia, Malásia, Indonésia e Vietnã) são marcas irrefutáveis deste novo mundo que se abre, deste novo horizonte global.

Com o acirramento das contradições e das disputas pela hegemonia global, podemos afirmar que o mundo se tornou mais perigoso e imprevisível. A possibilidade de novas guerras e novos confrontos não está descartada. Nas atuais condições de tensão global, a luta pela paz, pela autodeterminação dos povos e pela soberania está na ordem do dia.

Na América Latina e no Caribe, o processo de disputa política e ideológica também se intensificou no último período. Uma onda ultraliberal e conservadora avançou na região depois de um ciclo revolucionário, popular e democrático, ocorrido no início deste século. No último período se observou uma retomada, pela via eleitoral, de governos populares e democráticos. Foram eleitos governos de várias matrizes ideológicas de esquerda e centro-esquerda, criando, dessa maneira, uma nova onda progressista. Por outro lado, isso não veio desacompanhado de contradições e enfrentamentos diante de uma extrema direita mais organizada e ofensiva. A violência na eleição do Equador e a possibilidade de uma vitória da ultradireita na Argentina evidenciam que as ondas, aliás, parecem mais rápidas e mais traiçoeiras.

No Brasil, depois de um golpe de Estado que derrubou o governo da presidenta Dilma Rousseff, a onda ultraliberal e conservadora assumiu o controle do país. O arcabouço político e jurídico construído ao longo de quase todo o século XX foi destruído sumariamente nos governos Temer e Bolsonaro. Reformas estruturais foram realizadas e executadas às dezenas. Destacam-se a

reforma trabalhista, a previdenciária, a educacional e as reformas econômicas, com desmonte das estatais, seja por meio de privatizações, seja de sua simples destruição. A Petrobras se transformou numa empresa a serviço das elites rentistas do país e sua estrutura foi posta a serviço das multinacionais e do império do norte. As políticas sociais que atendiam milhões de brasileiros e brasileiras do campo e da cidade foram completamente abandonadas e desconstituídas.

A marca mais cruel do período anterior, no entanto, foi a forma como o governo neofascista de Jair Bolsonaro tratou a pandemia da covid-19. Negou cotidianamente a gravidade da doença e suas consequências para a saúde pública; tratou com desprezo e irresponsabilidade as diretrizes da OMS (Organização Mundial de Saúde); negou, a princípio, as vacinas para a população; atacou a ciência e os cientistas; defendeu o uso de remédios sem nenhum efeito terapêutico; defendeu a imunidade de rebanho; negou o uso das máscaras e fez campanha contra a vacinação. O resultado foi trágico: mais de 700 mil mortos no Brasil, sendo que no mínimo 300 mil mortes poderiam ter sido evitadas.

Diante do desastre representado pelo golpe de Estado de 2016 e, a partir de 2019, pelo desgoverno Bolsonaro, o país se mobilizou para construir uma nova frente política capaz de derrotar o ultraliberalismo de direita e neofascista. A partir da elegibilidade de Lula, com o desmascaramento da farsa da Lava Jato, foi construída uma ampla frente democrática com o objetivo de derrotar Bolsonaro e iniciar a reconstrução do país.

Com pouco mais de 2 milhões de votos, a frente ampla, democrática e popular encabeçada por Lula e Alckmin logrou conquistar a mais importante e estratégica eleição da história recente. Derrotar eleitoralmente a extrema direita em 2022 foi decisivo para o futuro do Brasil. A luta contra o fascismo, contudo, continua na ordem do dia. No país, depois de várias tentativas de golpe, com destaque para 8 de janeiro deste ano, o campo popular e democrático deve ficar atento na luta política cotidiana, ocupar as ruas e praças do país e ajudar a alavancar, apoiar e tensionar o governo do presidente Lula, rumo à reconstrução da nação.

Essa reconstrução demandará um conjunto de ações e lutas que devemos colocar em prática nos próximos meses e anos. Derrotar a política monetária e fiscal do Banco Central, que, mesmo com uma pequenas queda na taxa de juros, ainda inviabiliza nosso desenvolvimento econômico; resgatar e fortalecer a Petrobras como empresa estatal e estratégica para a economia e o desenvolvimento nacionais; lutar por uma política econômica que tenha como objetivo o desenvolvimento nacional com geração de emprego de qualidade e valorização do trabalho; retomar um projeto educacional que esteja vinculado diretamente ao projeto de desenvolvimento nacional; constituir uma nova política industrial com base nas novas áreas de desenvolvimento tecnológico, científico e de inovação; desenvolver nosso potencial histórico nas tecnologias digitais, na indústria farmacêutica e nos componentes eletrônicos, consolidando e ampliando nosso parque industrial e estratégico.

Nos primeiros meses de governo, inúmeras ações de retomada das políticas sociais foram executadas, demonstrando o caráter de reconstrução do governo Lula. Destacam-se a política de valorização do salário mínimo; o Bolsa Família; o Mais Médicos, a Farmácia Popular; o Minha

Casa, Minha Vida; a compra de produtos da agricultura familiar; o combate ao armamentismo; a defesa da Amazônia, do meio ambiente e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, dentre várias outras.

No que refere à agenda social, devemos imprimir uma luta cotidiana pela retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários dos milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em condições trabalhistas sub-humanas. Para além da revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária, devemos exigir o fortalecimento do processo de negociação coletiva, o fim das terceirizações para as atividades-fim, a redução da jornada de trabalho, o fortalecimento da estrutura e da organização sindical, o restabelecimento da contribuição negocial aos sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, etc.

Ainda na área social, o Sinpro Goiás deve participar da luta permanente pela reconstrução da educação nacional. Revogar o Novo Ensino Médio; regulamentar a educação privada; restabelecer o financiamento público para as escolas públicas; extinguir o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares; reconstruir o processo de formação de professores; atacar de forma consistente a violência contra a escola; aprovar um novo Plano Nacional de Educação com vistas a fortalecer a educação pública; organizar o Sistema Nacional de Educação, incluindo os setores público e privado; ampliar universidades e escolas técnicas em todos o país, etc.

Além disso, é fundamental que o Sinpro esteja ativo na batalha pelo financiamento das entidades sindicais, com valorização e fortalecimento da negociação coletiva junto ao setor patronal, bem como definição de regras para impedir práticas antissindicais, e dispensa de dirigentes sindicais, além de ampliar a estabilidade para todos os dirigentes das entidades sindicais.

Juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), à qual é filiado, o Sinpro Goiás defende Campanha Salarial Nacional Unificada na educação básica e no ensino superior. Lutamos também pela contribuição negocial, a ser definida e aprovada em assembleia e devida por todos os abrangidos pelo instrumento coletivo (sócios e não sócios).

Neste novo ciclo político, econômico, social, trabalhista e sindical, organizar e fortalecer nosso sindicato será decisivo para avançarmos nas lutas e conquistas no país. O movimento sindical está convocado a participar de forma determinante da reconstrução do Brasil, o que passará necessariamente pelas lutas travadas pela classe trabalhadora nos próximos anos.

À luta, companheiros e companheiras da educação privada de Goiás!

